

O ENSINO DE HISTÓRIA E SEU CURRÍCULO – TEORIA E MÉTODO

João Batista da SILVEIRA¹
Maria Eugênia L. M. CASTANHO²

HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geyco Dongley. **O ensino de história e seu currículo** – teoria e método. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

O livro dos pesquisadores Geraldo Balduino Horn e Geyco Dongley Germanari da área de Ensino de História da Universidade Federal do Paraná, parte de uma análise das mudanças ocorridas na política educacional na década de 80, especificamente em relação ao currículo de História, para propor uma possibilidade de renovação da concepção de currículo e metodologia do ensino da disciplina. A temática principal dos autores pauta-se no “trabalho como princípio organizador da teoria curricular de História”. O estudo inspira-se em Gramsci, que realça a necessidade de formar “um novo intelectual moderno, diretamente produtivo, capaz de atuar com eficiência prática e política” e entender as novas teorias e práticas de uma pedagogia crítica. Os autores dizem que o *trabalho* deve ser a principal categoria do estudo de História, partindo da concepção marxista.

A perspectiva teórica adotada insere-se no marxismo renovado, nos moldes da nova Esquerda Inglesa. Horn e Germanari propõem então um cruzamento da concepção geral de ‘trabalho’, na visão de Marx, com os métodos de investigação e a interpretação dos

⁽¹⁾ Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, SP. Brasil.

⁽²⁾ Docente, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, SP. Brasil. E-mail: <meu@dglnet.com.br>.

Resenhas

historiadores ingleses Thompson e Hobsbawn. Trata-se aqui do marxismo pós-guerra, ou seja, uma reinterpretação da teoria marxista que, deixando de lado a ortodoxia, enfatiza a construção social do conhecimento. Os autores partilham com Thompson a idéia de que os fatos históricos são construídos pelo historiador, isto é, não têm voz própria.

O livro está dividido em três capítulos, que por sua vez se subdividem em itens, embora haja certa confusão dos autores ao se referirem, em vários momentos do texto, aos itens como capítulos. O primeiro capítulo trata das teorias críticas e da questão do currículo na renovação do saber histórico escolar no contexto da década de 1980. O segundo capítulo discute algumas metodologias do ensino de História, tais como: a construção do tempo histórico, pesquisa no ensino e o uso escolar do documento histórico. O terceiro discute a possibilidade da utilização, no ensino de História, de documentos em estado de arquivo familiar e a história da comunidade local.

Segundo os autores, por desprezarem sua complexidade, os estudos sobre o currículo não avançaram; somente após os anos 70, com a dialética marxista, houve tentativas de reconceituação do currículo. Para se compreender a sua totalidade, é necessária uma fundamentação que resgate as contradições atuais e promova perspectivas para o futuro. Os aspectos históricos e socioculturais são determinantes desse processo.

O currículo sempre foi pensado, objetivado, como fundamento do conhecimento chamado de científico. Esta nomenclatura, 'científico', segundo os autores, é parcial, pois a produção de conhecimento depende do "processo histórico-cultural" e espelha a hegemonia das relações de poder de alguns grupos dentro desta sociedade. Toma-se necessário, então, repensar a educação, redefinir suas noções, uma vez que o ensino está imbricado com o processo social, reflete e é refletido por ele. Aceitar essa visão é rejeitar o conceito tradicional. Para Horn e Germanari, a escola reproduz, divulga, a cultura da classe dominante, e o currículo acaba refletindo isso.

Neste sentido é necessário "desmistificar os conteúdos curriculares".

Analisar a historicidade da disciplina de História é uma das propostas do livro. Para isso, os autores apresentam, em linhas gerais, um panorama da evolução histórica da disciplina desde o Renascimento. Isto para destacar que, apesar de a história ter ganhado contornos de luta entre conservadores e progressistas (liberais), continuava a narrar os acontecimentos oficiais, sem problematizar os fatos históricos. Somente no século XIX, com a laicização da sociedade, a História surge como disciplina autônoma, tendo como grande temática o Estado-nação. No Brasil, não foi diferente, herdamos o esquema francês e a disciplina de História surgiu a serviço dos ideais positivistas, divulgados pelos republicanos.

Em seguida, os autores se propõem a discutir o objeto da história enquanto poder, cultura e trabalho. Nessa perspectiva marxista, o poder na sociedade capitalista tem a função de naturalizar as relações de produção, mantendo a dominação de classes. Desse modo, o que significaria então o poder enquanto categoria organizadora de uma proposta curricular de História? Não é contraditório analisar o poder num contexto das relações pessoais e ao mesmo tempo considerar que ele se institucionaliza na macroestrutura. A tarefa dos historiadores deve ser a de entender essas relações a partir das ações e práticas coletivas.

A cultura, abordada a partir da concepção do materialismo renovado, não deve ser entendida como outro lugar da realidade ou como reflexo da realidade, mas sim como "uma criação humana resultante de complexas operações crescentes do homem em confronto com a natureza". (p.36-37). Desse modo, o trabalho é visto como fundamento epistemológico da concepção de cultura, que é o processo de acumulação de experiências vividas e realizadas.

Na perspectiva do materialismo histórico de Marx, o trabalho é tido como principal elemento para a explicação do processo de transformação da sociedade. Marx diz que a visão burguesa do trabalho é unilateral e omite a sua alienação.

Pelo trabalho é possível explicar não só o mundo e a sociedade, o passado e o presente, mas também antecipar o futuro, buscar a construção de uma nova sociedade, com novos princípios e valores. O trabalho, como fundamento epistemológico, permite entender a história, sua dinâmica e suas contradições, por isso deve ser tomado como ponto de partida na discussão metodológica do ensino de História.

Isso é feito no segundo capítulo, intitulado “Abordagens Metodológicas do Ensino de História”. Nele os autores dizem que o tempo tem sido utilizado como categoria fundamental em propostas curriculares, no entanto, alertam para a existência de várias conceituações de tempo na sociedade como um todo. Se o tempo for tomado como “fio condutor”, a história acaba sendo articulada pela via cronológica. Não é errado entender a cronologia como categoria fundamental, no entanto, é necessário observar o seu fundamento epistemológico e não concebê-la como único viés de ensino.

O currículo poder ser organizado de forma temática ou não, ou mesmo por conteúdos, isso não importa. A escola deve proporcionar as condições para a “transmissão e assimilação dos conhecimentos”. Resolvida esta questão, os autores dizem que o professor é responsável, enquanto intelectual, pelo processo de produção de conhecimento através do método dialético.

Outra questão abordada por eles diz respeito ao entendimento desafiador de pensar a lógica formal e dialética do saber escolar. Os autores dizem que não é o caso de trazer à tona novamente a lógica formal, mas aproveitá-la, incorporando a ela um sentido dinâmico e reflexivo, a fim de superar a rígida separação entre conteúdo e forma. Neste caso, o conhecimento nunca está pronto, ele é construído a partir do empírico (textos, objetos etc.) passando pela “sensibilização teórica (interpretação, contexto e análise) do professor e do aluno”.

Qual a relação do conhecimento histórico e sua transmissão através da disciplina de História no ensino fundamental? Conhecer história é entender as transformações sociais provocadas

pela interferência humana na natureza; isso só é possível com um procedimento metodológico que entenda a História a partir da construção.

A maioria dos planos curriculares toma o tempo como medida para entender as transformações da sociedade. Essa periodização é característica da civilização européia, portanto, é necessário que se estude a história a partir da periodização e do trabalho como categorias temporais, mas fundamentalmente que se aposte nas relações humanas como objeto da história para romper com a visão positivista. A linha do tempo pode ser utilizada, desde que não seja como fim. O professor cumprirá o papel de esclarecer qual noção de tempo será utilizada para situar os alunos nas permanências e rupturas da sociedade e de sua atuação enquanto agente histórico.

Para os autores, a prática da pesquisa, no processo ensino-aprendizagem, significa um salto qualitativo muito importante para a produção do conhecimento. A pesquisa deve ser o principal requisito do processo metodológico. A introdução de documentos em sala de aula aponta nessa direção, no entanto, a prática e os livros didáticos continuam reforçando os mitos e estereótipos típicos do positivismo da abordagem tradicional.

Em relação ao ensino de História pela divisão temática, o maior problema está no processo de resgate dos conteúdos, pois a realidade social do aluno deve ser tomada como ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem. Como organizar o conteúdo sem cair na tentação positivista da linearidade, ou na ortodoxia marxista da mera sucessão de modos de produção? A solução seria construir temas que tenham relevância para os sujeitos da experiência, cabendo ao professor o papel de mediador da relação do aluno com o conhecimento histórico sistemático e as suas memórias e vivências.

No capítulo 3, em consonância com os PCNs-História, os autores apresentam uma proposta metodológica de reconstituições de histórias locais (bairro, cidade, estado etc.), principalmente através do resgate de acervos

familiares. Com isso é possível pensar nas diferentes realidades a partir da história dos vários sujeitos sociais, histórias silenciadas que não tiveram acesso à chamada grande história.

De acordo com Horn e Germinari, o uso de fontes documentais no ensino de História não é recente, mas tem priorizado o documento escrito como única fonte possível para conhecer o passado. O rompimento com esta visão surgiu a partir da introdução dos princípios da Escola Nova. O aluno foi colocado como centro do processo ensino-aprendizagem e o professor tornou-se orientador, com a tarefa de introduzir os alunos no uso dos documentos para estimular a lembrança e suas observações. A opção pelo trabalho com documentos que podem ser encontrados no âmbito familiar, deve seguir algumas orientações, pois estes podem ser encontrados em arquivos já oficializados.

Os autores ressaltam que os documentos propostos não fazem parte do conjunto de fontes de pessoas que tiveram algum destaque na sociedade, as chamadas pessoas ilustres, mas sim aqueles que estão guardados nas diversas

residências, amarelecidos pelo tempo, “arquivados em gavetas, em caixas de papelão, esquecidos temporariamente em cima de armários”. Resgatar os documentos familiares seria uma forma de reconstruir e organizar o ensino de História, valorizando a memória, bem como aspectos específicos das organizações familiares.

A valorização das micro-histórias, do cotidiano, deve urgentemente integrar o currículo de História, porque inclui aqueles que sempre estiveram fora da chamada grande história, da história tradicional. Neste sentido esta reflexão é de grande valia, sobretudo num momento tão difícil para a educação brasileira.

Cabe ressaltar aqui, no sentido de ampliar ainda mais esta discussão, que, se o objetivo final desta análise é propor o resgate das histórias locais e familiares como fonte de pesquisa, uma análise mais profunda e reflexiva sobre a metodologia da história oral se faz necessária, na medida em que é pela oralidade que se constrói o significado das fontes documentais familiares e as conexões entre elas.